

## A “restauração de Portugal prodigiosa”: “milagres” e política no reinado de D.João IV

João André de Araújo Faria\*

No domingo, 09 de dezembro de 1640, na Capela Real, pregou o franciscano João de São Bernardino a um seletto corpo de fiéis, composto pelo rei, nobres e eclesiásticos, reunidos em celebração da restauração de Portugal. O religioso exaltou, em especial, o *zelo* para com a pátria que motivou os fidalgos portugueses a pôr um fim à “tirania” de Castela sobre Portugal. E enalteceu sobretudo a disposição dos céus no auxílio a estes feitos. Ocorreu, segundo as palavras do orador, naqueles “felices” dias de dezembro de 1640, a *ressurreição* de Portugal (SÃO BERNARDINO: 1641, p.54f-v). Esta imagem revela uma perspectiva particular da relação de Portugal com os céus. No reino lusitano, esta imagem de uma tutela sobrenatural dos céus apareceu constantemente desde a suposta fundação do reino, constituindo-se como justificativa para a existência e independência do reino lusitano na Península Ibérica e também para a própria condição *imperial* assumida com a expansão marítima. A imagem de “povo eleito” foi, especialmente nos séculos XVI e XVII, uma referência adotada pelos portugueses, baseada na crença de que uma aliança havia sido estabelecida entre o primeiro rei de Portugal e o Filho de Deus em 1139. Trata-se do célebre “mito de Ourique”, a suposta fundação de Portugal por Cristo nos campos de Ourique contra os infiéis mouros, a qual havia proporcionado a aclamação do primeiro rei português, após uma visão prodigiosa que este teria tido nos céus, momentos antes da batalha. A tradição narra que, da Cruz, Cristo havia confidenciado a D.Afonso Henriques promessas de um destino maravilhoso para o reino lusitano, se os descendentes deste príncipe empenhassem como escudo as Suas chagas e tomassem por missão a expansão da fé cristã e a extirpação das idolatrias. Uma história que ganhou sérios contornos patrióticos após 1580, durante a união dinástica, sendo constantemente alardeada por diversos agentes responsáveis pela investigação e narração da memória histórica de Portugal. Neste sentido, além da promessa de estabelecimento de um fabuloso império, havia também a certeza de que Cristo socorreria Portugal no momento em que a manutenção da soberania do reino e a missão de evangelização estivesse ameaçada. Uma memória eivada de sentidos políticos, ao enfatizar a independência e mesmo a primazia de Portugal entre as coroas ibéricas, a partir desta temática religiosa, em uma época que o rei sequer residia em Lisboa. Profundamente enraizada, esta memória fixou no imaginário coletivo português dos seiscentos a crença de um reino profeticamente destinado para a liderança da cristandade, com rei natural e legitimamente herdeiro de D.Afonso I, constituindo-se na principal referência histórica para uma literatura autonomista e, como irá se

observar, restauracionista. Deve-se, assim, destacar que a imagem de uma “restauração prodigiosa” tornou-se significativa na memória histórica sobre o movimento de primeiro de dezembro de 1640<sup>1</sup>.

Estes dados apresentam uma questão a ser analisada: neste conjunto de narrativas da aclamação de D.João IV e de seu reinado, a Providência Divina foi descrita como atuante e decisiva. Inspiradoras de práticas e atitudes de crença para com a monarquia restaurada, nestas interpretações observa-se uma confluência das expectativas religiosas e políticas dos súditos do duque de Bragança. Este texto se atém com isso às idéias de uma “intervenção miraculosa” dos céus junto à conjuntura política no *Portugal restaurado*, situando às concepções seiscentistas de compreensão do mundo, onde a crença dos homens em prodígios e milagres permeava, e por vezes determinava o destino da comunidade política (CURTO: 1994, pp.22-25).

Nas últimas três décadas, os historiadores passaram a questionar certos argumentos conhecidos sobre os seiscentos em Portugal, propondo-se uma revisão do pressuposto que marcou a produção bibliográfica de grande parte da historiografia dos séculos XIX e XX, concebendo a restauração em termos de uma “revolução nacional”. Com efeito, a caracterização do movimento de restauração como eminentemente nacional produziu mais problemas de interpretação do que soluções. O caso de portugueses partidários da continuidade da união dinástica e, algo mais curioso, a participação efetiva de castelhanos para o sucesso da conjura de 1640 são dois exemplos de ineficiência em se considerar o “nacionalismo português seiscentista” como argumento para justificar a restauração. O que havia de consenso entre estes dois partidos, destaca-se de imediato, era a deposição desejada do favorito de Filipe IV, o conde-duque de Olivares, e de sua clientela que ditava os rumos do Portugal dos Habsburgo na década de 1630 (CARDIM: 1993, pp.404-408). As novas análises da historiografia propõem a reconstituição dos espaços de discussão política e as estruturas mentais que determinaram as interações sociais entre os diversos grupos nas sociedades ibéricas seiscentistas, buscando superar vários mecanismos anacrônicos de análise influenciados pelo espírito de amor e dever à nação de seus pesquisadores.

A partir de então, a restauração, em detrimento de um movimento de oposição nacional eminentemente português aos sessenta anos de domínio castelhano, hoje é concebida

---

<sup>1</sup> “Restauração prodigiosa” trata-se de um título de uma obra em três volumes publicada nos anos de 1642-43, e de autoria de um suposto D.Gregório de Almeida. A historiografia, entretanto, é unânime em atribuir este pseudônimo ao frei dominicano João de Vasconcelos, embora não tenha justificativas para determinar a escolha da publicação sob um pseudônimo. Cf. ALMEIDA, Gregório de. *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa, 1643, 3v.

como um golpe de estado de um grupo específico de nobres afastados do cenário da política e do governo do reino. A autoria deste movimento deve ser apontada a jovens fidalgos “sem grandes títulos nobiliárquicos” que, pertencentes à classe dominante, não estavam inseridos nos quadros do grupo dirigente, e que se sublevaram diante das alegadas “injustiças” de diversas medidas de governo propostas ao reino pela política do conde-duque de Olivares D.Gaspar de Guzman (VALLADARES: 2000, p.39; TORGAL: 1984, p.308). Os pesquisadores Hespanha (HESPANHA: 1993, pp.7-16) e Alvarez (ALVAREZ: 1986) propuseram que, para uma correta apreensão dos sentidos advindos com o movimento do primeiro de dezembro de 1640, deve-se ter em mente o que significou para aquele fenômeno a própria monarquia dual. Neste sentido, para compreender a restauração, é necessário atenção a todas as condições que tornaram possíveis a união ibérica, em especial o marco fundador da dinastia dos Habsburgo em Portugal, a saber, as *cortes* de Tomar, realizadas em 1581<sup>2</sup>. Assim, às vésperas do ano de 1640, Portugal atravessava uma profunda crise advinda da falência da estrutura de poder e governo dos Habsburgo. Nesta estrutura, o reino, que possuía o estatuto de uma coroa independente, mantinha como base de seu governo as tradicionais instituições políticas e de poder, que estiveram, nos sessenta anos de união dinástica, à parte daquelas existentes na coroa de Castela. Em suma, Portugal conservava sua independência institucional, mas, com a partida de Filipe II em 1583 para Madrid, transformara-se em uma *monarquia de rei ausente* (ALVAREZ: 2000, p.114).

Para o sucesso desta realidade política, estava diretamente relacionada ao bom governo de Portugal a elaboração de eficientes canais de comunicação entre os povos do reino e o distante monarca. Para isto foi criado, e sucessivamente reformulado ao longo da união dinástica, o *Consejo de Portugal*, uma espécie de conselho de governo composto de portugueses, reunido junto do monarca na corte dos Habsburgos (ALVAREZ: 2000, pp.112 e 118-119). Entre outras medidas, que se somariam à anterior, estariam a manutenção dos privilégios nobiliárquicos tradicionalmente instituídos, a reserva dos postos de governo apenas para os naturais de Portugal, além da necessidade de, na ausência do rei, serem seus representantes membros diretos da família real ou uma junta de governo formada por portugueses ilustres. Previa-se, ainda, a diferenciação dos recursos humanos e financeiros reunidos em Portugal e seus territórios marítimos, devendo-se garantir ao reino os recursos para o funcionamento de suas estruturas políticas e administrativas, não podendo haver

---

<sup>2</sup>Uma perspectiva que possui uma história. Recorde-se o célebre ensaio de Vitorino M. Godinho, “União Ibérica e Restauração”. Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio*, t.II: *Sobre História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1972, 2ªed. Referência fundamental para ambos os autores.

desvios para outros canais que não diziam respeito ao mesmo império. No entanto, as transformações postas em prática por D.Gaspar de Guzmán vieram a alterar radicalmente esta política de independência. Sofrendo a ameaça de uma reordenação político-social das posições e privilégios, parte da nobreza, insatisfeita, buscou, com o movimento do primeiro de dezembro, uma restauração dos antigos ideais do “bom governo”. E foi escolhido entre os seus, aquele que seria o mais indicado a assumir o trono, vítima da alegada “injustiça” infligida pelos Habsburgo na “usurpação” da coroa de Portugal dos seus legítimos senhores: o duque D.João, da casa de Bragança<sup>3</sup>. O sentido é claro: Portugal deixaria de ser uma monarquia de rei ausente, o que estava na origem das injustiças no trato com o poder, com os súditos e na inoperância da manutenção das possessões marítimas. Como demonstrou França, era o retorno da Corte, e consequentemente da figura maior da autoridade monárquica a Lisboa, o argumento principal evocado pela literatura restauracionista (FRANÇA: 1997). Nestes argumentos se observam à força que as representações assumidas com a perspectiva de um rei que fosse *natural* restituído ao reino pelos céus assumem no discurso restauracionista. Recordamos por exemplo outra referência a *ressurreição* do reino nas palavras de um nobre exclamadas após o sucesso do assalto ao Paço da Ribeira, no primeiro dia de dezembro de 1640: “O Duque de Bragança é nosso legítimo Rei e Senhor natural. Deve-se-lhe a Coroa de direito. O Céu por nosso meio lha restitui hoje, para que o Reino com as tiranias de Castela se não acabe de todo, antes ressucite e torne a ver-se tão próspero como o lograram os antigos Portugueses” (ANÔNIMO: 1641, p.15). A deposição de Filipe IV e a aclamação dias depois de D.João IV, entoadas pelos louvores aos céus nos agradecimentos ao sucesso do movimento conspiratório, possuem assim estas referências, fundadas na restauração dos bons ideais de governo do reino, assumidas com a sustentação de um rei em Portugal, garantia do acesso dos povos ao poder central e pouco propício ao monopólio de um ou outro favorito, tal como sucedera com o conde-duque de Olivares e sua clientela em Portugal, centrada na personagem de Miguel de Vasconcelos.

Neste processo de reconstrução dos espaços da cena política e da *soberania* do Reino de Portugal com a restauração de 1640, nossa pesquisa propõe análises sobre o programa simbólico de afirmação e consolidação da *dignidade monárquica* portuguesa. O que se chama de “programa simbólico”, entretanto, possui raízes que podem ser datadas da época da união

---

<sup>3</sup> A principal alegação jurídica dos restauradores sobre a legitimidade de D.João no trono de Portugal foi: buscar corrigir a “injustiça” na sucessão do rei D.Henrique em 1580. Pelo “imperativo das armas” Filipe II de Castela teria “contornado” os impedimentos da sua candidatura ao trono, coroando-se rei em detrimento, segundo estes argumentos, daquela que seria a legítima herdeira, D.Catarina, a duquesa de Bragança e avó de D.João.

dinástica. Pode ser descrito como um esforço das instituições de memória do reino de Portugal para conservar a imagem de soberania da coroa lusitana. Destaca-se, por exemplo, a veiculação da memória das origens do reino, capital simbólico característico deste aglomerado político que promoveu a restauração em 1640, concebendo a independência política do reino lusitano no conjunto das coroas ibéricas. Foram religiosos do *Mosteiro de Alcobaça*, por exemplo, os principais cronistas do reino português no tempo da união dinástica, responsáveis pela edificação da memória histórica do reino lusitano, onde se verifica principalmente estas referências prodigiosas à história de Portugal<sup>4</sup> (BUESCU: 2000, pp.19-25). Acreditamos, contudo, numa mudança da qualidade funcional deste programa simbólico com a restauração. Com efeito, não se tratava mais de os portugueses recordarem a importância do reino, no grande quadro de concorrências entre as coroas ibéricas pelo amor e atenção do rei, mas sim de traçar sua independência em relação à dinastia dos Habsburgo, a partir do quadro cultural profético já existente. E, destacamos, parece ter sido a Capela Real um espaço propício para o desenvolvimento deste programa simbólico da dinastia portuguesa profeticamente concebida.

Para este texto, apresentamos de forma sucinta algumas interpretações sobre os prodígios que envolveram a restauração de Portugal e a aclamação do duque de Bragança como rei. Demonstramos uma possível construção sobrenatural da imagem régia portuguesa, inspiradora de práticas e representações dos povos do reino para com o monarca aclamado. Acreditamos ser a imagem sagrada do corpo monárquico uma representação proposta pelos dirigentes do reino, que se coaduna de forma intrínseca com o movimento de manutenção da restauração alcançada. Nossa hipótese pode ser descrita da seguinte forma: *no contexto da manutenção da restauração de Portugal, importava para a casa dinástica aclamada uma imagem que representasse de forma “justa e legítima” a posse do poder político*. Esta imagem buscava se contrapor àquela veiculada por Castela, que apontava a denominada “restauração de Portugal” como um movimento insurrecional e o duque de Bragança como um usurpador do poder régio dos Habsburgo. Com isso, *a imagem sobrenatural veiculada do poder régio bragantino visava a um conjunto de produções de sentido do próprio movimento restaurador. Estas representações tinham por referência fundamental a crença na intervenção constante dos céus, que seria o recurso discursivo mais propício para a*

---

<sup>4</sup> Foram estes religiosos António Brandão e Francisco Brandão. Clérigos de Alcobaça, foram responsáveis pela continuação da *Monarquia Lusitana*, um compêndio da memória das origens do reino de Portugal iniciado pelo frei Bernardo de Brito. Enquanto frei António foi responsável pelas terceira e quarta partes, dedicadas a Filipe III de Portugal, e publicadas em 1632, frei Francisco, seu sobrinho, foi responsável pelas quinta e sexta partes, dedicadas a D.João IV e D.Pedro II, e publicadas em 1652 e 1672.

*legitimidade dos atos advindos do primeiro de dezembro de 1640.* Deste ponto de vista, a pregação religiosa no púlpito da Capela Real assumiu importância significativa, veiculando interpretações de fenômenos e atitudes de crença para com a monarquia restaurada, através do culto cristão e da reverência a “milagres” supostamente observados em favor da causa bragantina. Afinal, quem estaria mais qualificado para interpretar, por exemplo, uma “imagem de Cristo” que prodigiosamente parecia aclamar D.João IV com sua “mão despregada da cruz”, tal como foi profundamente discursada naqueles anos, senão um religioso?

Um importante espaço de representação política da corte da casa de Bragança a partir de 1640 foi a *Capela Real* (CURTO: 1993, p.144). Naquele prédio, junto de D.João IV, reuniam-se diversas personalidades da corte para celebração do culto cristão. O público variava de acordo com o grau de importância da solenidade. Em dias de festividades da monarquia, a reunião das altas dignidades do reino se fazia necessária, observados, evidentemente, os graus de hierarquia da sociedade portuguesa, onde implicava, por exemplo, a correta disposição dos fidalgos e nobres no espaço físico da capela. Com efeito, o próprio ritual régio de assistir a missa estava regulado por uma série de preceitos em que se evidenciavam a especificidade do corpo monárquico, objeto de devoção dos religiosos tanto quanto o Santíssimo Sacramento e as relíquias do culto cristão.

Assim, provavelmente, se sucedeu naquele segundo domingo de dezembro de 1640, em que frei João de São Bernardino apregoeou a “ressurreição” de Portugal. Entretanto, podemos especular, a capela não deveria estar completamente preenchida. O duque de Bragança ainda não havia sequer sido aclamado rei oficialmente, cujo cerimonial só se daria aos 15 de dezembro. E muitos dos nobres e grandes titulares do reino não estavam em Lisboa nesta época, ainda residentes em Madrid ou em suas propriedades pelo interior de Portugal. Além disso, a essa observação, pode-se acrescentar a constante lembrança dos religiosos responsáveis pela pregação na Capela Real acerca da ausência de súditos que continuava a caracterizar o culto religioso no período da restauração de Portugal (MARQUES: 1989, p.112). Estas ausências remetem diretamente ao grau de fragilidade da legitimidade da casa de Bragança no governo de Portugal. Parcela significativa da primeira nobreza do reino havia permanecido fiel a Filipe IV, muitos deles permanecendo em Madrid ou escapando do reino e do jugo do “usurpador” bragantino. Outras formas de questionamento da autoridade bragantina se deram em afrontas mais incisivas, como a deserção e evasão de nobres e familiares para Castela e mesmo a tentativas de assassinatos do monarca bragantino. Pode-se recordar, para este último caso, a figura de D Sebastião de Matos Noronha, o Arcebispo de Braga. Este religioso, junto de um grupo de nobres, participou de uma tentativa de golpe que

previa a destituição de D.João IV do trono de Portugal, ainda em 1641. Descoberta a conjura, os culpados foram punidos exemplarmente com a pena capital, poupando-se apenas a vida dos religiosos, por pressão junto à Casa Real pela própria Igreja. Esse caso é emblemático porque demonstra que o duque de Bragança não gozava de unanimidade nem entre aqueles que ocupavam postos centrais da administração do reino (TORGAL: 1993, pp.163-164).

Ainda assim, destaquemos o papel assumido por eclesiásticos que demonstraram apoio à Casa de Bragança. O púlpito se tornara naquele período uma marca decisiva para a casa de Bragança na propaganda da causa da restauração. Deve-se destacar que enquanto prática religiosa, o sermão atendia a finalidades específicas: buscava-se a persuasão do ouvinte para os ensinamentos da Igreja e para a edificação da comunidade de fiéis (SANTOS: 1997, p.76). Mais ainda: suas características marcantes eram as práticas de agradecimento a dádivas alcançadas ou a pedidos constantes de intervenção dos céus no cotidiano, em busca de melhores condições de existência (MARQUES: 1989, p.99). Estes sermões se relacionavam a um número relativo de assuntos previstos pela disposição do calendário litúrgico associado às circunstâncias históricas (SANTOS: 1997, pp.84-86). Houve sempre uma relação entre os motivos espirituais, como uma data festiva da Igreja, a história de um santo ou um acontecimento bíblico, e as circunstâncias imediatas da guerra da restauração, como por exemplo, a justificativa para o primeiro de dezembro, a ação de graças por uma vitória pessoal do monarca ou ainda a saúde das personagens régias. Um recurso comum nestas prédicas era a utilização de informações visuais diretamente relacionadas aos argumentos do religioso, bem como a alegorias bíblicas, buscando cumprir um objetivo: *persuadir* seus ouvintes na adesão à causa da restauração. Desta época, pode-se recordar em especial, a exposição diária do Santíssimo Sacramento, pedido constante do monarca às dioceses do reino, em uma associação direta da restauração com a devoção cristã do *Corpo de Cristo* (PAIVA: 2001, p.128).

Esta força da homilia religioso-política em Portugal parece ter sido forte. Segundo narrou Gregório de Almeida, desde o princípio da união dinástica Filipe II se preocupara com a atuação dos religiosos na oposição à união das coroas (ALMEIDA: 1643 p.89). Sua importância diante das camadas inferiores da sociedade portuguesa é ainda bem patente. A homilia constituiu-se em um veículo de profusão dos ideais restauracionistas, servindo para divulgação das *novas* da guerra e de comunicados oficiais seguidos de justificativas para determinadas políticas da monarquia, tal como aqueles sermões que foram dedicados a se discutir a necessidade e legitimidade dos tributos para a manutenção da restauração. A importância das pregações era enorme em uma sociedade com um alto número de analfabetos,

e a prédica religiosa, voltada sobretudo para as atitudes e práticas de culto do divino, acabavam por difundir ideais restauracionistas, como aqueles observados em “milagres” autênticos, beneficiando-se da intermediação e autoridade dos religiosos.

Mas destaquemos o sermão apresentado inicialmente. Seu público foi composto pela nobreza restauradora que, no serviço ao monarca, mantinha a integridade das hierarquias sociais advindas do pós-1640. E no sermão de João de São Bernardino observa-se que o grande serviço prestado ao monarca por estes súditos teria sido a própria restauração do reino. Neste caso, persuadir estes devotos na manutenção da restauração seria reforçar constantemente os laços de devoção à monarquia restaurada, uma vez que as já mencionadas descrenças quanto à legitimidade do monarca bragantino eram constantes e profundamente propagandeadas por Castela. Deslegitimar a união dinástica, reforçar a imagem régia junto da nobreza e legitimar a restauração são três pontos que podem ser destacados no sermão do frei franciscano. Assim, observemos rapidamente o sermão. Para este religioso, antes da restauração, Portugal “estava morto”. Esta *morte* do reino de Portugal é uma alegoria da derrota de Portugal em Alcácer Quibir, em 1578, que propiciou, pela fratura dinástica, a união das coroas de Portugal e Castela. No caso de “morte”, trata-se de recordar a união ibérica em termos negativos, sobretudo, como repreensão das arbitrariedades cometidas a partir de Madrid as prerrogativas de Portugal, que constituíam um corpo à parte nos foros do governo dos Áustrias na condução de ambas as coroas, de Castela e Portugal.

Mas o que seria este “enterro” de Portugal?

*Dizeime, que cousa he levar a enterrar hu(m) Reyno? He illo enfracquecendo, e illo dezautorizando, tirãdolhe os Titulos, os illustres, os prelados levandolhe o dinheiro, esgotãdoo de todo, com imposições, & tributos. Meterlhe ministros estrangeiros, & deitarlhe a terra sobre os olhos; & reduzillo à Provincia he enterralo de todo. Pois dizeime, q faltava? (SÃO BERNARDINO: 1641, pp. 53f-v)*

Esta crítica de frei João de São Bernardino é um tópico recorrente em toda a literatura da restauração, observada nas pretensões do movimento de entronização do duque de Bragança. Os argumentos referidos encontram-se prontamente em outras obras do quadro discursivo da literatura restauracionista. A crítica se refere à revisão da constituição que estabelecia Portugal como um reino autônomo no conjunto das coroas da monarquia Católica. Especialmente criticada é a mudança no conjunto de disposições governativas a respeito de Portugal que, impostas pelo secretário de Estado Miguel de Vasconcelos, segundo o próprio franciscano, faziam de Portugal “mera província” de Castela, tendo os “ilustres” senhores enviados para guerras que não eram as de Portugal e os pesados tributos exigidos dos povos

portugueses dirigidos a Madrid. Os comentários do franciscano não são nada destoantes do que se observou nas primeiras cortes do reino. Nelas predominaram as discussões acerca dos próprios estatutos do reino maculados marcadamente na última década da união dinástica. A expectativa gerada pela revisão das “injustiças” do governo dos Habsburgo, como a revogação de impostos, marcou os debates destas primeiras cortes (*Assento...*: 1641, p. 10v-11f; HESPANHA: 1993b).

Prosseguindo na exposição do sermão do religioso, observa-se a analogia traçada entre a restauração com a ressurreição do reino de Portugal:

A Tal dezamparo, & a tantas lagrimas se faz Christo encontradiço, & movido de sua misericordia pretende enxugar as lagrimas: *noli flere*, não choreis, que aqui esta vosso remedio. *Accessit*, & *tetigit loculum*, chegouse, & a mão tocou a tumba, esquife, em que o defunto hia. *Hi autem, qui portabant, fleterant*. E com este tocamento pararão os que o levavão a enterrar; que cousa certa he, fidelissimos portugueses; que com a pressa, que lhe davão, se Deos não pusera a mão, já Portugal fora enterrado. Não dizeis, que vistes em o sabbado da aclamação do Rey tam desejado, & tam amado hua mão de Crhisto despregada da Cruz diante do vosso Pontificie? Eu não posso aprovar milagres, nem he prudencia diminuir devoções; porém cigo que é grande indicio, de que com sua poderosa mão, não só impedia Deos o enterrarem Portugal; mas que ainda cõ esta mesma mão nolo deu ressucitado. (SÃO BERNARDINO: 1641, pp. 54f-54v)

Nesta associação, observa-se, em primeiro lugar, o papel preponderante que Deus assumiu junto dos portugueses para o sucesso da restauração de Portugal. O próprio termo “ressurreição” admite uma conexão inequívoca com as expectativas religiosas e proféticas da comunidade política portuguesa dos seiscentos, profundamente marcada pelas concepções prodigiosas da própria história e do futuro da monarquia de Portugal. A alegada “ressurreição” de Portugal, propiciada pela “mão” de Cristo, trata-se de um verdadeiro paradigma, de uma justificativa do “reaver da autonomia política”, utilizando por referência a crença no destino providencial do reino estabelecida com o “Milagre de Ourique”. Essa associação, portanto, não é de modo nenhum fortuita ou ainda mero recurso retórico do pregador. Na capela real, direcionada aos nobres e eclesiásticos que servem à monarquia bragantina, a restauração e aclamação do duque de Bragança são relacionados à memória profética do reino de Portugal, esta última, o capital simbólico propício a legitimidade do movimento de primeiro de dezembro. O sermão aqui citado faz parte de um ambiente propício para a recepção das idéias veiculadas, do qual o suposto “milagre” observado na Igreja de Santo Antônio de Lisboa se constitui no argumento central. Neste caso, não só a promoção da restauração se faz com este sermão, mas inclusive a legitimação da própria monarquia bragantina, em um conjunto de referências associadas por este “milagre”, em que uma

imagem de Cristo crucificado “despregara” seu braço da cruz em favor e reconhecimento da aclamação de D.João como rei de Portugal. Neste caso, nos posicionamos criticamente a respeito da tradição deste “milagre” e das produções de sentido observadas com a sua divulgação pela propaganda política da casa de Bragança. Promotora de crenças para com a monarquia restaurada, a menção deste milagre evocado na Capela Real assume contornos evidentemente políticos, além das crenças piedosas de prodígios cristãos.

Não podemos estender mais esta discussão. Gostaríamos apenas de sublinhar que foram os espaços em que ocorriam os rituais e cerimoniais da corte do rei português, em especial os que remetiam para um “culto da Monarquia” portuguesa (CURTO: 1993, p.144), os cenários privilegiados do desenvolvimento deste programa simbólico de sacralidade régia. Destacamos a *Capela Real* neste texto, mas poderíamos fazer o mesmo com a Igreja de Santo António (Sé de Lisboa) e o Mosteiro de São Vicente de Fora, para ficarmos em outros dois exemplos. Junto das concepções da “liberdade principiada” com a aclamação como rei de D.João IV, foi o “corpo da monarquia” o objeto destes cerimoniais, logo, eventos instrumentalizados em propaganda a serviço da Casa Real (CARDIM: 1998, p.54). E, em caráter sumário, vale ainda mencionar que observamos neste ambiente de culto e crenças nos milagres relacionados com a monarquia restaurada, a constituição de um campo específico da luta política, fundamentalmente ligada no serviço ao *corpo* do rei. Foram os espaços religiosos, digamos, em concorrência pelo prestígio advindo do serviço à monarquia, as instituições que mais contribuíram para as práticas relativas à crença em um corpo monárquico sagrado. Em paralelo às práticas de culto cristão empreendidas nos templos, podemos surpreender a emergência de atitudes e valores profanos, como a luta política, uma vez que a causa da restauração mobilizava todos os súditos, entre eles os pregadores (MARQUES: 1989, p.101). Um caminho propício a compreender o que foi a restauração *prodigiosa* de Portugal, na perspectiva das crenças de portugueses nos seiscentos a respeito de uma tutela especial exercida por Deus no destino, providencial, do Portugal restaurado.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gregório de. *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa, 1643, 3v.

ALVAREZ, F. B.. *Portugal en la Monarquia Hispanica (1580-1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la genesis del Portugal Catolico*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1986.

———. *Portugal no Tempo dos Filipes (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

ANÔNIMO. *Relação de Tudo que se Passou na Felice Aclamação do Mui Alto E Mui Poderoso Rey Dom Joam o IV Nosso Senhor, Cuja Monarquia Prospere por Deos por Largos Annos, Dedicada aos Fidalgos de Portugal*. Lisboa: Off. De Lourenço de Anveres, 1641.

*Assento feito em cortes pelos tres estados dos Reynos de Portugal (...)*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1641.

BUESCU, A. I. *Memória e Poder. Ensaio de História Cultural*. Lisboa: Cosmos, 2000.

CARDIM, P. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

———. “D.João IV (1640-1656). A luta por uma causa rebelde”. In: HESPANHA, António M. (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v.4. Direção de José Mattoso.

CURTO, D. R.. “A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII)”. In: *Rev. da Fac. de Letras – Línguas e Literaturas. Anexo V: Espiritualidade e corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII*. Porto, 1993.

———. *A cultura política em Portugal (1578-1642): Comportamentos, ritos e negócios*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1994, tese de doutorado.

FRANÇA, E. D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração* (1951). São Paulo: Hucitec, 1997.

GODINHO, V. M.. *Ensaio, t.II: Sobre História de Portugal*. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1972, 2ªed.

HESPANHA, A. M. “As Faces de Uma «Revolução»”. In: *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993a, nº9&10, pp.7-16.

———. “A «Restauração» Portuguesa nos Capítulos das Cortes de Lisboa de 1641”. *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993b, nº9&10, pp.17-52.

MARQUES, J. F.. *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668*. Porto: INIC, 1989, 2v.

PAIVA, J. P.. “As relações entre o Estado e a Igreja após a Restauração”. In: *Revista de História das Idéias*, v.22, 2001.

SANTOS, B. C. C. dos. *O pináculo do Temp(l)o*. Brasília: Ed. Unb, 1997.

SÃO BERNARDINO, João de. “Ao illvstrissimo e reverendissimo senhor D. Rodrigo da cvnha, arcebispo de Lisboa, frei Joam de Sam Bernardino da ordem de São Francisco... dedica este sermão que fez em a sua igreja Metropolitana, em o segundo Domingo do Advento, nono dia de Dezembro, & da acclamação del rey Dom João o quarto, q foi feita sabbado, primeiro dia de Dezembro, avendo sua magestade entrado em Lisboa a seis do mesmo mes do Anno de 1640”. In: *Dois Sermões Apologéticos & Históricos da Restauração de Portugal em 1640 por Fr.João da Conceição, & Fr.João de São Bernardino (...)*. Lisboa: Antonio Aluarez, 1641.

TORGAL, Luis Reis. “Acerca do significado sociopolítico da ‘Revolução de 1640’”, in: *Revista de História das Idéias*, v.6. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.

VALLADARES, R.. *Portugal y la Monarquia Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, 2000.